

Sumário

Lista de abreviaturas	37		
SEÇÃO I			
TEORIA DA CONSTITUIÇÃO			
PARTE I – TEORIA GERAL			
Capítulo I ▶ Conceitos básicos de teoria geral do Estado	45		
1. Considerações gerais	45		
2. Estado, nação e pátria.....	45		
3. Elementos do Estado	46		
3.1. Território.....	47		
3.2. Povo	47		
3.3. Governo	48		
3.3.1. O problema da soberania.....	48		
3.3.1.1. Características do poder soberano.....	49		
3.3.1.2. Estado democrático e poder soberano.....	50		
3.3.1.3. Soberania vs. autonomia.....	50		
3.3.1.4. Tendência de enfraquecimento das soberanias nacionais.....	51		
4. Forma de Estado	52		
4.1. Plano do direito público internacional ...	52		
4.2. Plano do direito constitucional.....	53		
5. Divisão de poderes.....	54		
6. Forma de governo	55		
6.1. Classificação de Aristóteles.....	55		
6.2. Classificação de Maquiavel.....	56		
7. Sistema de governo	57		
8. Regimes políticos	59		
8.1. Regime político democrático	60		
8.1.1. Pós-democracia?	60		
Capítulo II ▶ Constitucionalismo e direito constitucional	63		
1. Constitucionalismo.....	63		
1.1. Constitucionalismo antigo	63		
1.2. Constitucionalismo moderno	64		
1.2.1. Principais movimentos.....	64		
1.3. Constitucionalismos “contemporâneos”.	65		
1.3.1. Constitucionalismo social.....	65		
1.3.2. Neoconstitucionalismo.....	66		
1.3.2.1. Positivismo, não positivismo ou pós-positivismo?.....	67		
1.3.3. Constitucionalismo global ou globalizado.....	70		
1.3.4. Transconstitucionalismo	71		
1.3.5. Patriotismo constitucional.....	71		
2. Direito constitucional.....	71		
2.1. Conceito	71		
2.2. Origem	71		
2.3. Objeto.....	72		
2.4. Natureza.....	72		
2.5. Espécies ou divisão do direito constitucional	73		
2.5.1. Direito constitucional e teoria da constituição	73		
2.6. Relações do direito constitucional com os demais ramos do direito.....	73		
Capítulo III ▶ Constituição, classificação das constituições e evolução constitucional brasileira	75		
1. Constituição.....	75		
1.1. Conceitos	75		
1.1.1. Conceitos histórico e moderno	75		
1.1.2. Perspectivas conceituais	76		
1.2. Documentos que deram origem às constituições modernas	77		
2. Classificação das constituições.....	77		
2.1. Quanto ao conteúdo.....	77		
2.2. Quanto à estabilidade.....	78		
2.3. Quanto à forma	79		
2.4. Quanto à origem	79		
2.5. Quanto ao modo de elaboração.....	79		
2.6. Quanto à extensão	80		
2.7. Quanto à essência	80		
2.8. Outras denominações	80		
2.9. Classificação da Constituição de 1988	81		
3. Evolução constitucional do Estado brasileiro	83		
3.1. Constituição de 1824.....	83		
3.2. Constituição de 1891.....	83		
3.3. Constituição de 1934.....	83		
3.4. Constituição de 1937.....	84		
3.5. Constituição de 1946.....	84		
3.6. Constituição de 1967.....	84		
3.7. Emenda Constitucional ou Constituição de 1969?.....	84		
3.8. Constituição de 1988.....	85		

Capítulo IV ▶ Poder constituinte e suas manifestações.....	87	3. Modificações constitucionais	101
1. Teorias do poder constituinte.....	87	3.1. Reformas constitucionais e poder de reforma constitucional.....	101
1.1. Origens.....	87	3.1.1. Espécies do poder de reforma constitucional	101
1.2. Conceito de poder constituinte.....	87	3.1.1.1. Poder de emenda	101
1.3. Natureza: poder de fato ou de direito?....	87	3.1.1.2. Poder de revisão.....	101
1.4. Titularidade e exercício.....	88	3.1.2. Limitações ao poder de reforma	102
1.4.1. Usurpação do poder constituinte....	88	3.1.2.1. Limitações temporais	102
1.4.2. “Bootstrapping” constitucional	88	3.1.2.2. Limitações circunstanciais.....	103
2. Espécies de poder constituinte.....	89	3.1.2.2.A. Alcance das limitações circunstanciais.....	103
2.1. Poder constituinte originário	89	3.1.2.3. Limitações formais ou procedimentais.....	104
2.1.1. Características do poder constituinte originário.....	90	3.1.2.4. Limitações materiais.....	105
2.1.2. Limites do poder constituinte originário	91	3.1.2.4.A. Limitações materiais explícitas .	105
2.1.3. Poder de revolução	92	3.1.2.4.A.1. Significado da expressão “tendente a abolir” contida no § 4º do art. 60 da CF/88	107
2.2. Poder constituinte derivado	93	3.1.2.4.A.2. Ampliação virtual das limitações explícitas?	108
2.2.1. Características	94	3.1.2.4.B. Limitações materiais implícitas.	108
2.2.2. Espécies	94	3.1.2.4.C. Limitações materiais implícitas vs. limitações lógicas	109
2.2.2.1. Poder constituinte derivado reformador.....	94	3.1.2.4.C.1. O “puzzle” constitucional ou paradoxo da autoemenda	111
2.2.2.2. Poder constituinte derivado decorrente	94	3.1.3. Teoria da “dupla reforma” ou da reforma em “dois tempos”.....	114
2.2.2.2.A. Divisão do poder constituinte derivado decorrente	95	3.1.4. Controle de constitucionalidade de reformas constitucionais: normas “constitucionais” inconstitucionais?	115
2.2.2.2.B. Poder constituinte decorrente no âmbito do Distrito Federal e dos Municípios	95	3.2. Mutação constitucional.....	116
2.2.2.2.C. Limites do poder constituinte derivado decorrente	96	3.2.1. Hierarquia normativa	118
2.2.2.2.C.1. Limites previstos pela Constituição Federal.....	96	3.2.2. Mutação constitucional e retroatividade	119
2.2.2.2.C.2. Limites ao poder constituinte decorrente reformador instituídos pelo próprio constituinte decorrente institucionalizador	98	3.2.3. Mutação constitucional por obra da legislação	119
2.2.2.2.C.3. Limites constitucionais e supremacia do constituinte decorrente sobre os poderes constituídos estaduais	98	3.2.4. Limites das mutações constitucionais: mutações constitucionais inconstitucionais?.....	121
2.2.2.2.D. Poder constituinte derivado decorrente e criação de novas hipóteses de foro especial por prerrogativa de função	99	Capítulo V ▶ Efeitos de nova constituição e de reformas constitucionais	123
2.2.2.2.E. Poder constituinte derivado decorrente e autonomia municipal.....	100	1. Considerações iniciais	123
2.3. Poder constituinte difuso.....	100	2. Normas constitucionais e antinomias: critérios de resolução	123
		2.1. Nova constituição vs. constituição anterior	123

2.2. Nova constituição vs. legislação infra-constitucional anterior	123	1. Sistemas normativos jurídicos e ordenamento jurídico	159
2.2.1. Consequências práticas da adesão do STF à teoria da simples revogação	124	1.1. Sistemas jurídicos nas perspectivas estática e dinâmica de produção normativa	159
3. Recepção	125	1.2. Sistemas jurídicos nas perspectivas temporais momentânea e diacrônica	160
3.1. Postulados da recepção constitucional	125	2. Ordenamento jurídico e constituição.....	160
3.2. Recepção transversa decorrente de modulação decisória.....	126	3. Elementos das constituições.....	160
4. Filtragem constitucional	127	4. Fontes de direito constitucional.....	162
5. Repristinação	127	4.1. Tipos de fontes de direito constitucional	163
5.1. Repristinação vs. “efeito repristinatório”	128	4.1.1. Fontes diretas vs. indiretas.....	163
6. Constitucionalidade superveniente	129	4.1.2. Fontes formais vs. fontes informais	163
6.1. Emenda constitucional e normas corretivas.....	130	4.2. Fontes do direito constitucional brasileiro.....	164
7. Desconstitucionalização.....	131	4.2.1. Preâmbulo da Constituição	164
7.1. Desconstitucionalização da constituição anterior.....	131	4.2.2. Convenções e costumes constitucionais.....	165
7.2. Desconstitucionalização da atual constituição.....	131	4.2.3. Fontes em espécie.....	166
8. Efeitos retroativos das normas	132	5. Constituição como sistema normativo aberto ..	167
8.1. Teorias subjetivista e objetivista.....	132	6. Constituição como sistema normativo sem hierarquia interna	167
8.2. Status constitucional do princípio da não retroatividade.....	133	7. Constituição como sistema normativo composto de regras e princípios.....	168
8.3. Tipos de retroatividade.....	134	7.1. Diferenciação entre regras e princípios ..	168
8.3.1. Retroatividades máxima, média e mínima	134	7.2. Normatividade dos princípios	169
8.3.2. Retroatividade mínima ou efeito imediato “forte” da norma (retrospectividade)?	135	7.2.1. Teoria restritiva: só as regras são normas.....	169
8.3.3. Retroatividades restituitória, ordinária e temperada	136	7.2.2. Teoria extensiva: regras e princípios são espécies de normas	169
8.3.4. Prospectividade, retroatividade, retrospectividade e pós-atividade das normas.....	137	7.2.2.1. Distinção “forte” entre regras e princípios	170
8.3.5. Retroatividade em sentido forte e em sentido fraco.....	138	7.2.2.2. Distinção “fraca” entre regras e princípios	172
8.4. Normas constitucionais originais e efeitos retroativos.....	138	7.2.3. Constituição de 1988 e normatividade dos princípios.....	173
8.5. Emendas constitucionais e efeitos retroativos.....	139	7.3. Postulados normativos?	174
8.6. Constituições estaduais e efeitos retroativos.....	141	8. Constituição de 1988 e princípios fundamentais.....	174
8.7. Normas infraconstitucionais e efeitos retroativos	141	8.1. Princípios fundamentais explícitos	175
8.8. Revisões interpretativas e efeitos retroativos.....	156	8.1.1. Forma de Estado.....	175
8.8.1. Revisões interpretativas judiciais	156	8.1.2. Divisão de poderes.....	175
8.8.2. Revisões interpretativas administrativas	157	8.1.2.1. Delegação de poderes.....	176
		8.1.3. Sistema de governo	176
		8.1.4. Forma de governo	177
		8.1.5. Regime político.....	177
		8.1.6. Estado Democrático de Direito.....	177
		8.1.7. Fundamentos do Estado brasileiro ..	177
		8.1.7.1. Soberania	177
		8.1.7.2. Cidadania.....	178
		8.1.7.3. Dignidade da pessoa humana ..	178
		8.1.7.3.A. “Status” normativo superior?	180
Capítulo VI ▶ Sistemas normativos jurídicos e constituição	159		

8.1.7.4.	Valores sociais do trabalho e da livre iniciativa	181	9.2.	Integração de lacunas constitucionais involuntárias e voluntárias.....	198
8.1.7.5.	Pluralismo político	181	9.3.	“Silêncios eloquentes” constitucionais	199
8.1.8.	Objetivos do Estado brasileiro	182	Capítulo VII ▶ Hermenêutica constitucional..... 201		
8.1.9.	Princípios reguladores da atuação do Estado brasileiro nas relações internacionais	182	1.	Hermenêutica e interpretação.....	201
8.2.	Princípios fundamentais implícitos	182	1.1.	Considerações gerais	201
8.2.1.	Princípio da supremacia constitucional.....	183	2.	Teorias da interpretação jurídica	201
8.2.2.	Princípio da segurança jurídica.....	183	2.1.	Concepções de interpretação jurídica....	201
8.2.3.	Princípio da presunção da constitucionalidade dos atos do Poder Público.....	183	2.1.1.	“In claris non fit interpretatio”?.....	202
8.2.4.	Princípio da proporcionalidade	185	2.2.	Interpretações cognitiva e decisória.....	202
8.2.4.1.	Disputa terminológica.....	185	2.3.	Interpretações em abstrato e em concreto	202
8.2.4.2.	Fundamento constitucional.....	185	2.4.	Escolas interpretativas cognitiva, cética e mista	203
8.2.4.3.	Aplicações do princípio da proporcionalidade.....	186	2.5.	Teorias subjetivistas e objetivistas	204
8.2.4.4.	Subprincípios do princípio da proporcionalidade	187	2.6.	Teorias da interpretação constitucional..	204
8.2.4.5.	Teoria dos “cinco passos” do teste da proporcionalidade	189	3.	Texto como limite da interpretação.....	205
8.2.4.6.	A banalização do princípio da proporcionalidade	189	4.	Disposição normativa vs. norma	205
8.2.5.	Princípio da razoabilidade	189	5.	Normas explícitas e normas implícitas	207
8.2.5.1.	Proporcionalidade vs. razoabilidade	189	6.	Interpretação e antinomias jurídicas	207
8.2.5.2.	Tipos jurídicos de razoabilidade.....	190	6.1.	Principais classificações das antinomias.	207
8.2.5.2.1.	Razoabilidade em sentido fraco (“razoabilidade prudencial”)	190	6.1.1.	Quanto à extensão.....	207
8.2.5.2.2.	Razoabilidade em sentido forte (“razoabilidade ponderativa”)	191	6.1.2.	Quanto ao plano de incidência	208
8.2.5.2.3.	Razoabilidade como “racionalidade qualificada”	191	6.2.	Prevenção e resolução de antinomias	208
8.2.5.3.	Razoabilidade como “equidade”, como “congruência” e como “equivalência”	192	6.3.	Resolução de antinomias por meio do “diálogo das fontes”	208
8.2.5.4.	Conexões entre a razoabilidade e a proporcionalidade no direito brasileiro	193	7.	Fontes interpretativas	210
8.2.5.5.	Aplicação jurisprudencial do princípio da “razoabilidade”	195	7.1.	Interpretação constitucional “autêntica”?	211
9.	Lacunas constitucionais	196	8.	Ampliação dos intérpretes constitucionais: a “sociedade aberta dos intérpretes da constituição”	211
9.1.	Lacunas jurídicas e a cláusula de fechamento.....	196	9.	Interpretação vs. aplicação.....	212
9.1.1.	Tipologia das lacunas jurídicas mais importantes para o direito constitucional	197	10.	Aplicação de regras vs. concretização de princípios.....	212
			11.	Subsunção vs. ponderação	213
			11.1.	Subsunção	213
			11.1.1.	Subsunção e antinomias jurídicas... ..	214
			11.2.	Ponderação	215
			11.2.1.	Ponderação abstrata.....	216
			11.2.2.	Ponderação concreta (ou “ad hoc”)	216
			11.3.	Ceticismo quanto à ponderação	217
			11.4.	Quando subsumir e quando ponderar?....	218
			12.	Fenômeno da “derrotabilidade” das normas	219
			12.1.	Linhas gerais.....	219
			12.2.	Tipos de normas sujeitas à derrotabilidade	221
			13.	Heremênutica tipicamente constitucional.....	223
			13.1.	Métodos interpretativos tipicamente constitucionais.....	223

13.1.1. Espécies de métodos interpretativos	223	1. Constituição e direito processual.....	255
13.2. Princípios interpretativos tipicamente constitucionais.....	225	2. Jurisdição constitucional.....	255
13.3. Interpretação vs. construção constitucionais.....	226	2.1. Conceitos formal e material de jurisdição constitucional	256
13.4. Princípio da interpretação conforme a constituição.....	227	2.2. Jurisdição constitucional e direitos fundamentais.....	256
13.4.1. Princípio da interpretação conforme a constituição e o controle de constitucionalidade	228	2.2.1. Jurisdição constitucional das liberdades	256
13.4.2. Natureza jurídica do princípio da interpretação conforme a constituição: princípio interpretativo ou técnica de controle de constitucionalidade?.....	228	2.2.2. “Writs” ou remédios constitucionais	256
Capítulo VIII ▶ Existência, validade, vigência, eficácia, efetividade e aplicabilidade das normas constitucionais	233	3. Supremacia constitucional e controle de constitucionalidade.....	257
1. Existência normativa	233	4. Inconstitucionalidade	257
1.1. Existência das normas constitucionais....	234	4.1. Tipos de inconstitucionalidade.....	257
2. Validade normativa.....	234	4.1.1. Inconstitucionalidade formal	257
2.1. Validade das normas constitucionais?	236	4.1.1.1. Inconstitucionalidade formal por quebra de decoro parlamentar?.....	258
3. Vigência normativa.....	237	4.1.2. Inconstitucionalidade orgânica.....	259
3.1. Vigência das normas constitucionais	242	4.1.3. Inconstitucionalidade material.....	259
4. Eficácia normativa	243	4.1.4. Inconstitucionalidade por ação.....	260
5. Efetividade normativa	244	4.1.5. Inconstitucionalidade por omissão.....	260
5.1. Efetividade das normas constitucionais..	245	4.1.5.1. Tipos da inconstitucionalidade por omissão.....	262
6. Aplicabilidade normativa.....	245	4.1.5.1.A. Inconstitucionalidade por omissão “em sentido formal” e “em sentido material”	262
7. Classificação das normas constitucionais conforme a aplicabilidade	246	4.1.5.1.B. Inconstitucionalidade por omissão total	262
7.1. Cláusula de aplicabilidade imediata	247	4.1.5.1.C. Inconstitucionalidade por omissão parcial	263
7.2. Classificação de José Afonso da Silva	249	4.1.5.1.D. Inconstitucionalidade por omissão relativa	263
7.2.1. Normas de eficácia plena e aplicabilidade imediata	249	4.1.5.1.D.1. Inconstitucionalidade por omissão relativa “explícita” e “implícita”	264
7.2.2. Normas de eficácia contida e aplicabilidade imediata.....	249	4.1.5.1.D.2. Diferenças entre a omissão inconstitucional “parcial” e a “relativa”	265
7.2.3. Normas de eficácia limitada e aplicabilidade mediata.....	250	4.1.5.1.E. Inconstitucionalidades por omissões de soluções “definidas” e “indefinidas” ..	265
7.2.3.1. Normas definidoras de princípio institutivo	251	4.1.6. Inconstitucionalidade originária....	266
7.2.3.2. Normas definidoras de princípio programático.....	251	4.1.7. Inconstitucionalidade superveniente	266
7.3. Tipos adicionais	252	4.1.8. Inconstitucionalidade total	266
7.3.1. Normas de eficácia absoluta ou total....	252	4.1.9. Inconstitucionalidade parcial	267
7.3.2. Normas de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada.....	252	4.1.10. Inconstitucionalidade consequente ou “por arrastamento” ou “por atração”	267
PARTE II – CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE		4.1.11. Inconstitucionalidade progressiva ..	268
Capítulo I ▶ Controle de constitucionalidade: teoria geral	255		

4.1.12. Estado de coisas inconstitucional (ECI)	269	8. Controle judicial da constitucionalidade.....	287
4.1.13. Inconstitucionalidade circunstancial ou transitória?	271	8.1. Espécies	287
4.2. Inconstitucionalidade vs. ilegalidade: inconstitucionalidade direta e indireta ...	272	8.1.1. Quanto à difusão da competência controladora.....	287
4.3. Inconstitucionalidade e institutos correlacionados.....	273	8.1.2. Quanto ao plano de incidência do controle	287
4.3.1. Inconstitucionalidade como antinomia jurídica.....	273	8.1.3. Quanto à finalidade do controle	288
4.3.2. Inconstitucionalidade em sentido estrito	274	8.1.4. Quanto à via de controle	288
4.3.3. Contrariedade constitucional.....	274	8.1.5. Quanto à prevalência do controle... ..	288
4.3.4. Descumprimento de preceito fundamental.....	275	8.2. Origem	289
5. Regime de depreciação da inconstitucionalidade.....	275	8.2.1. O controle judicial difuso/concreto ..	289
5.1. Disciplina da invalidação dos atos inconstitucionais.....	275	8.2.2. O controle judicial concentrado/abstrato	290
5.1.1. Tese da nulidade.....	275	8.3. Controle de constitucionalidade no direito comparado: principais modelos..	290
5.1.2. Tese da anulabilidade.....	276	8.3.1. Modelo do Reino Unido.....	290
5.1.3. Tese da declaração de simples incompatibilidade (inconstitucionalidade sem pronúncia de nulidade)	276	8.3.2. Modelo francês	291
5.1.3.1. Simples incompatibilidade e decisões de “apelo ao legislador”	277	8.3.3. Modelo norte-americano	291
6. Controle de constitucionalidade	277	8.3.4. Modelo austríaco.....	291
6.1. Conceito.....	277	8.3.5. Modelo suíço	291
6.2. Controle de constitucionalidade vs. controle de convencionalidade	277	8.3.6. Modelo português	291
6.3. Parâmetro de controle de constitucionalidade.....	279	8.3.7. Modelo italiano	291
6.3.1. Aspecto material: o “bloco de constitucionalidade”	279	8.3.8. Modelo alemão.....	292
6.3.1.1. Extensão do bloco de constitucionalidade às chamadas “normas interpostas”?	281	Capítulo II ▶ Controle de constitucionalidade no direito brasileiro: linhas gerais.....	293
6.3.2. Aspecto temporal do parâmetro de controle.....	282	1. Origens e desenvolvimento	293
6.3.2.1. Parâmetro temporal amplo.....	282	1.1. Controle judicial concreto	293
6.3.2.2. Parâmetro temporal restrito	282	1.2. Controle judicial abstrato	293
7. Espécies de controle de constitucionalidade	283	1.3. Evolução constitucional	294
7.1. Em relação ao órgão	283	2. Modelo atual de controle de constitucionalidade.....	296
7.1.1. Controle político (não jurisdicional)	283	2.1. Titularidade do controle de constitucionalidade	296
7.1.2. Controle jurisdicional (judicial).....	284	2.1.1. Poder de rejeição de leis inconstitucionais	296
7.1.3. Controle misto.....	284	2.1.2. Tribunais de contas	298
7.2. Em relação ao momento da realização ...	284	2.1.2.1. Subsistência da Súmula 347/STF após a Constituição de 1988	299
7.2.1. Controle preventivo	284	2.1.3. Tribunais administrativos	299
7.2.2. Controle repressivo.....	285	2.1.4. Cortes arbitrais	300
		2.1.5. Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).....	300
		Capítulo III ▶ Controle judicial da constitucionalidade concreta no direito brasileiro	303
		1. Do controle judicial da constitucionalidade concreta/difusa.....	303
		2. Incidente de inconstitucionalidade nos tribunais.....	304

3.	Cláusula de reserva de plenário	306	controle concreto de constitucionalidade	325
3.1.	Natureza jurídica.....	307		
3.2.	Extensão subjetiva	307	6.1.2.1. Modulação originária e modulação derivada.....	325
3.2.1.	Cláusula de reserva de plenário e Turmas do STF	307	6.1.2.2. Competência exclusiva do STF?	326
3.2.2.	Cláusula de reserva de plenário e cortes administrativas	309	6.1.2.3. Quórum necessário à modulação nos tribunais.....	328
3.3.	Extensão objetiva	309	6.2. Efeito "intra partes"	331
3.3.1.	Cláusula de reserva de plenário e fundamentos decisórios	310	7. Papel do Senado Federal no controle concreto de constitucionalidade.....	331
3.3.2.	Cláusula de reserva de plenário e a Súmula Vinculante 10.....	310	8. Efeitos transcendentais das decisões do STF no controle concreto de constitucionalidade.....	332
3.4.	Inaplicabilidade da cláusula de reserva de plenário	311	8.1. Tese da mutação constitucional	333
3.5.	Consequências da inobservância da cláusula de reserva de plenário	313	8.2. Decisão do incidente de inconstitucionalidade e a vinculação dos órgãos fracionários do respectivo tribunal	334
3.6.	A "derrotabilidade" das normas e a cláusula de reserva de plenário	313	8.3. Tendência transcendente das decisões do STF em recurso extraordinário	335
4.	Declaração de ofício da inconstitucionalidade incidental.....	314	8.3.1. Transcendência fraca: recurso extraordinário da Lei dos Juizados Especiais Federais.....	335
4.1.	Declaração da inconstitucionalidade de ofício nas instâncias recursais ordinárias	315	8.3.2. Transcendência forte: recurso extraordinário de repercussão geral	336
4.2.	Declaração da inconstitucionalidade de ofício nas instâncias recursais extraordinárias.....	315	8.3.3. Transcendência fortíssima: CPC/2015 e o efeito vinculante das decisões proferidas em recurso extraordinário repetitivo	338
4.2.1.	Recurso extraordinário: causa de pedir aberta?	316	8.4. O CPC/2015 e a tentativa de instituir o "stare decisis" por via legislativa: inconstitucionalidade parcial.....	338
4.2.2.	CPC/2015 e a extensão do princípio da causa de pedir aberta aos recursos de natureza extraordinária	318	8.5. Outros argumentos em prol da transcendência	340
4.2.2.1.	Recurso especial e declaração de inconstitucionalidade de ofício	320	9. Coisa julgada inconstitucional	340
4.3.	Declaração da inconstitucionalidade de ofício e a proibição de decisão surpresa (art. 10 do CPC/2015)	321	9-A. Inconstitucionalidade e coisa julgada	340
5.	Controle concreto/difuso contra ato normativo "em tese"	321	9-B. Relativização da coisa julgada inconstitucional.....	342
6.	Efeitos da decisão final	322	9-C. Relativização da coisa julgada "inconstitucional" nas relações jurídicas continuativas e não continuativas	345
6.1.	Efeito retrospectivo "ex tunc"	322	9.1. Meios de impugnação da coisa julgada inconstitucional	347
6.1.1.	Exceções ao efeito retrospectivo "ex tunc": prospectividade decisória e modulação temporal dos efeitos da declaração incidental de inconstitucionalidade	322	9.1.1. Ação rescisória.....	347
6.1.1.1.	Alterações de jurisprudência....	323	9.1.2. Impugnação rescisória ao cumprimento de sentença inconstitucional	351
6.1.1.2.	Situações fáticas consolidadas...	324	9.1.3. Pedido de revisão de efeitos da coisa julgada em razão de superveniente modificação no estado de fato ou de direito.....	353
6.1.1.3.	Princípio da segurança jurídica	324		
6.1.2.	Requisitos formais à manipulação/modulação temporal dos efeitos das decisões proferidas no			

9.1.4. Pedido rescisório contra sentença inconstitucional proferida por juizado especial cível.....	355	1. Ações diretas e controle da constitucionalidade em face de atos comissivos.....	371
10. Controle concreto/difuso e tipos de ações.....	355	2. Teoria geral das ações diretas movidas contra atos comissivos.....	371
10.1. Limites e possibilidades da utilização da ação civil pública e da ação popular no controle de constitucionalidade difuso/concreto.....	356	2.1. Objeto das ações diretas.....	371
10.2. Representações interventivas federais....	357	2.1.1. Disposição e norma.....	371
10.2.1. Ação direta interventiva.....	358	2.1.2. Atos impugnáveis.....	371
10.2.1.1. Ação direta interventiva estadual.....	360	2.1.2.1. Restrições quanto à hierarquia do ato impugnável.....	372
10.2.2. Representação contra a recusa à execução de lei federal.....	360	2.1.2.2. Restrição quanto à origem do ato impugnável.....	372
Capítulo IV ▶ Controle judicial da constitucionalidade abstrata no direito brasileiro: linhas gerais.....	361	2.1.2.3. Restrição quanto ao conteúdo do ato impugnável.....	373
1. Questões terminológicas.....	361	2.1.2.4. Restrição quanto à vigência e à eficácia do ato impugnável.....	375
2. Características do controle abstrato.....	362	2.1.2.5. Espécies de atos impugnáveis....	376
3. Controle abstrato e tipo específico de processo judicial.....	362	2.1.2.6. Espécies de atos não impugnáveis.....	376
4. Processo objetivo.....	362	2.1.2.7. Controle abstrato de constitucionalidade das políticas públicas.....	377
4.1. Princípios gerais do processo objetivo....	363	2.2. Legitimidade ativa.....	378
4.1.1. Princípio da instrumentalidade “reforçada”.....	363	2.2.1. Pertinência temática.....	379
4.1.2. Princípio da acessibilidade limitada ao processo objetivo.....	363	2.2.2. Capacidade postulatória.....	380
4.1.3. Princípio do interesse objetivamente considerado.....	363	2.3. Legitimidade passiva.....	381
4.1.4. Princípio da congruência ao pedido.....	363	2.4. Intervenção do Ministério Público.....	382
4.1.5. Princípio da abertura da causa de pedir.....	364	2.5. Intervenção do Advogado-Geral da União.....	382
4.1.6. Princípio da especificação das normas paramétricas.....	365	2.6. Intervenção do “amicus curiae”.....	383
4.1.7. Princípio da indisponibilidade.....	365	2.6-A. Intervenção do “custos vulnerabilis”.....	385
4.1.8. Princípio da instrução.....	365	2.7. Quórum de julgamento.....	385
4.1.9. Princípio do controle material.....	365	2.8. Medida cautelar nas ações diretas.....	387
4.1.10. Princípio da publicidade.....	365	3. Efeitos das decisões finais de mérito nas ações diretas.....	388
4.1.11. Princípio da irrecorribilidade.....	365	3.1. Termo inicial.....	388
4.1.12. Princípio da não rescindibilidade..	366	3.2. Efeitos ordinários.....	389
4.2. Materializações dos princípios específicos do processo objetivo.....	367	3.2.1. Coisa julgada.....	389
5. Órgãos controladores.....	369	3.2.2. Efeito “ex tunc”.....	390
6. Participação do Senado Federal?.....	369	3.2.3. Efeito “erga omnes”.....	390
7. Espécies de ações do controle abstrato.....	370	3.2.4. Efeito vinculante.....	391
7.1. Contra atos comissivos.....	370	3.2.4.1. Extensão subjetiva.....	392
7.2. Contra atos omissivos.....	370	3.2.4.2. Extensão objetiva.....	392
Capítulo V ▶ Controle abstrato da constitucionalidade de atos comissivos: as ações diretas...	371	3.2.4.3. Efeito vinculante e limites da atuação jurisdicional.....	393
		3.2.4.3.A. Em relação ao próprio STF.....	393
		3.2.4.3.B. Em relação aos demais órgãos judiciais.....	393
		3.2.4.4. Efeito vinculante e transcendência dos motivos determinantes.....	395

3.2.4.5.	Efeito vinculante e reclamação constitucional	397	4.2.7.	Declaração de inconstitucionalidade estendida ou “por arrastamento”	416
3.2.4.6.	Efeito vinculante e interdição à manipulação/modulação temporal dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade no âmbito do controle concreto/difuso	398	4.2.8.	Decisões “apelativas” ou de “apelo ao legislador”	416
3.2.5.	Efeito revigorador (ou “repristinatório”) da legislação anterior	400	4.3.	Nova tendência: incorporação de técnicas decisórias “manipulativas”	418
3.2.5.1.	Exceções ao efeito revigorador ou “repristinatório”	401	4.3.1.	Decisões manipulativas “aditivas”	418
3.2.6.	Efeito ambivalente	402	4.3.1.1.	Decisões aditivas de garantia/de prestação	419
3.3.	Efeitos extraordinários	402	4.3.1.2.	Decisões “aditivas” de princípio	424
3.3.1.	Manipulação (ou modulação) dos efeitos da decisão que reconhece a inconstitucionalidade	402	4.3.2.	Decisões manipulativas “substitutivas”	425
3.3.1.1.	Requisitos	404	4.3.3.	Decisões manipulativas e “legislação positiva”	426
3.3.1.2.	Reflexos materiais	404	4.4.	Novíssima tendência: incorporação de sentenças estruturais, decisões “dialógicas” e do “compromisso significativo”	427
3.3.2.	Manipulação (modulação) temporal “invertida”?	405	4.4.1.	Adoção jurisprudencial da chamada “cláusula não obstante”?	429
3.3.3.	Modulação temporal e declaração de não recepção de normas	405	5.	Ações diretas em espécie	430
3.4.	Atenuação dos efeitos das decisões finais do controle abstrato de constitucionalidade	406	5.1.	Ação direta de inconstitucionalidade (ADI)	430
3.4.1.	Fórmulas de preclusão	406	5.1.1.	Medida cautelar em ADI	431
3.4.1.1.	Em especial: coisa julgada inconstitucional	407	5.2.	Ação declaratória de constitucionalidade (ADC)	432
4.	Técnicas decisórias	409	5.2.1.	Medida cautelar em ADC	433
4.1.	Tentativa europeia de uniformização terminológica	409	5.3.	Ação direta de inconstitucionalidade perante os Tribunais de Justiça	434
4.2.	Técnicas decisórias empregadas pelo STF	409	5.3.1.	Parâmetro de controle	434
4.2.1.	Declaração de constitucionalidade simples	409	5.3.1.1.	Extensão do parâmetro às normas da Constituição Federal	434
4.2.2.	Declaração de inconstitucionalidade simples	410	5.3.1.2.	Normas da Constituição Federal reproduzidas pelo constituinte decorrente	434
4.2.3.	Declaração de inconstitucionalidade parcial com redução de texto	410	5.3.2.	Legitimidade ativa	435
4.2.4.	Declaração de inconstitucionalidade sem redução de texto	410	5.3.3.	Procedimento e efeitos decisórios	435
4.2.5.	Declaração de (in)constitucionalidade da norma mediante interpretação conforme a constituição	411	5.3.4.	Peculiaridades da ADI estadual	436
4.2.5.1.	Diferença entre a declaração de inconstitucionalidade parcial sem redução de texto e a “interpretação conforme a constituição”	412	5.3.4.1.	Declaração incidental de inconstitucionalidade em face da Constituição Federal	436
4.2.6.	Declaração de inconstitucionalidade sem pronúncia da nulidade	414	5.3.4.2.	Tramitação simultânea de ADI federal e ADI estadual	436
			5.3.4.3.	Ação rescisória de ADI estadual	437
			5.3.5.	Controle recursal pelo STF: recurso extraordinário contra acórdão de ADI estadual	437
			5.3.5.1.	Natureza jurídica do controle recursal	437
			5.3.5.2.	Âmbito de alcance do controle recursal	438

5.3.5.3. Peculiaridades processuais	438	9. Condições específicas da ADPF.....	453
5.3.5.3.A. Legitimidade ativa recur-	438	9.1. Princípio da subsidiariedade.....	453
5.3.5.3.B. Quórum de julgamento.....	439	9.1.1. Teorias negativas	453
5.3.5.3.C. Modulação decisória.....	439	9.1.2. Dimensões do princípio da subsi-	454
		diariedade.....	454
		9.2. Relevância objetiva	456
Capítulo VI ▶ Controle abstrato da constitu-		10. Fungibilidade entre ADPF e as ações diretas	456
cionalidade de atos omissivos.....	441	11. Objeto da ADPF.....	457
1. Controle da constitucionalidade abstrata em	441	11.1. Disposição e norma.....	457
face de atos omissivos.....	441	11.2. Atos impugnáveis.....	457
1.1. Considerações iniciais.....	441	11.2.1. Atos impugnáveis por meio de	457
2. Das possíveis soluções judiciais para o proble-	441	ADPF autônoma.....	457
ma das omissões inconstitucionais no âmbito	441	11.2.1.1. ADPF autônoma e impugnação	459
do controle abstrato	441	de decisões judiciais.....	459
3. Ação direta de inconstitucionalidade por	442	11.2.2. Atos impugnáveis por meio de	460
omissão (ADO).....	442	ADPF incidental.....	460
3.1. Finalidades.....	442	12. Procedimento	461
3.2. Objeto.....	442	13. Intervenção do Ministério Público.....	462
3.3. Legitimação	443	14. Intervenção do Advogado-Geral da União	462
3.4. Procedimento	443	15. Intervenção do "amicus curiae".....	462
3.5. Medida cautelar.....	444	16. Intervenção especial	462
3.6. Confluências da ADO e da ADI	444	17. Quórum de julgamento.....	462
3.7. Efeitos das decisões da ADO.....	445	18. Medida liminar.....	462
3.7.1. Efeitos diretos	445	19. Efeitos da decisão final	463
3.7.2. Efeitos reflexos.....	446	19.1. Efeitos ordinários.....	463
3.7.2.1. Efeitos políticos.....	446	19.2. Efeitos extraordinários.....	463
3.7.2.2. Efeitos jurídicos.....	446	19.3. Peculiaridades da ADPF incidental.....	463
3.8. Diferenças da ADO em face do manda-	447	20. Inconstitucionalidade do art. 10, <i>caput</i> , da Lei	463
do de injunção (MI)	447	9.882/99.....	463
4. Ação direta de inconstitucionalidade por	448	21. ADPF como instrumento de “processos estru-	464
omissão (ADO) nos Tribunais de Justiça	448	turais”.....	464
Capítulo VII ▶ Controle da constitucionalidade		PARTE III – TEORIA GERAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
por meio da arguição de descumprimento de			
preceito fundamental.....	449	Capítulo I ▶ Teoria geral dos direitos fundamen-	467
1. Explicação inicial	449	tais	467
2. Histórico.....	449	1. Definições prévias.....	467
3. Conceito	449	1.1. Direitos fundamentais.....	467
4. Natureza jurídica.....	449	1.2. Direitos humanos.....	467
5. Parâmetro de controle	450	1.3. Direitos humanos vs. direitos funda-	467
5.1. Aspectos materiais: o que é preceito	450	mentais	467
fundamental?.....	450	1.4. Direitos vs. deveres fundamentais.....	468
5.2. Aspectos temporais.....	450	1.5. Normas de direitos fundamentais e	469
6. Legitimidade.....	451	normas de garantias fundamentais.....	469
7. Duplicidade das hipóteses de cabimento da	451	1.6. Normas de direitos fundamentais e	470
ADPF	451	normas de garantias institucionais.....	470
7.1. Constitucionalidade	451	1.7. Direitos fundamentais em sentido for-	471
8. Tipos de ADPF.....	452	mal e em sentido material.....	471
8.1. ADPF autônoma	452	1.8. Direitos fundamentais aglomerados	472
8.2. ADPF incidental	452	(“cluster-rights”).....	472
8.3. ADPF preventiva.....	452	2. Origem e evolução dos direitos fundamentais..	472
8.4. ADPF repressiva.....	453		

2.1.	Novas tendências evolutivas: “fertilização cruzada” e “diálogo judicial”	473	8.5.1.	Dignidade da pessoa humana como exceção à relatividade dos direitos fundamentais?	505
3.	Dimensões (ou gerações) dos direitos fundamentais	474	8.6.	Não taxatividade	507
3.1.	Direitos fundamentais de primeira dimensão	474	9.	Conflitos de direitos fundamentais.....	507
3.2.	Direitos fundamentais de segunda dimensão	474	9.1.	Concorrência de direitos fundamentais .	507
3.3.	Direitos fundamentais de terceira dimensão	474	9.1.1.	Tipos de concorrência de direitos fundamentais	508
3.4.	Direitos fundamentais de quarta dimensão	475	9.1.2.	Critérios de resolução.....	508
3.5.	Direitos fundamentais de quinta e até sexta dimensão?	476	9.2.	Colisão de direitos fundamentais	509
4.	Características normativas dos direitos fundamentais	476	9.2.1.	Tipos de colisões de direito fundamental	509
4.1.	Natureza constitucional dos direitos fundamentais.....	476	9.2.2.	Critérios de resolução.....	509
4.2.	Regras e/ou princípios: modelo duplo de regras/princípios.....	476	10.	Restrições a direitos fundamentais.....	510
4.3.	Eficácia e aplicabilidade	478	10.1.	Teoria interna vs. teoria externa	510
5.	Diretrizes específicas para interpretação e aplicação das normas de direitos fundamentais	478	10.2.	Natureza jurídica das restrições.....	511
5.1.	Cláusula da aplicabilidade imediata.....	478	10.3.	Instâncias de restrições normativas.....	511
5.2.	Cláusula da complementaridade	479	10.4.	Reservas de restrições legislativas.....	513
5.3.	Cláusula da primazia do tratamento mais favorável.....	480	10.5.	Garantia do conteúdo ou núcleo essencial dos direitos fundamentais	514
5.4.	Cláusula da proibição do retrocesso.....	483	10.6.	Proteção contra o efeito resfriador (“chilling effect”)	516
5.5.	Efeito “backlash” e retrocessos em matéria de direitos fundamentais.....	488	11.	Suspensão dos direitos fundamentais	517
6.	Sujeitos dos direitos fundamentais	488	12.	Teoria da “reserva do possível”	517
6.1.	Sujeitos ativos	488	13.	Teoria do “mínimo existencial”	519
6.1.1.	Estrangeiros	489	13.1.	Dupla dimensão do direito ao mínimo existencial	521
6.1.2.	Pessoas jurídicas.....	491	14.	Classificação dos direitos fundamentais	521
6.2.	Sujeitos passivos.....	493	14.1.	Classificação segundo a Constituição de 1988	521
6.3.	Relações especiais de sujeição	493	14.2.	Classificação funcional dos direitos fundamentais.....	521
6.4.	Eficácia horizontal dos direitos fundamentais	494	14.3.	Direitos de defesa.....	522
6.4.1.	Eficácia “diagonal” dos direitos fundamentais?.....	496	14.4.	Direitos de participação.....	522
7.	Dupla Perspectiva dos direitos fundamentais... ..	497	14.5.	Direitos a prestações.....	522
7.1.	Perspectiva subjetiva dos direitos fundamentais.....	497	15.	Direitos a prestações: problemática atual	522
7.2.	Perspectiva objetiva dos direitos fundamentais	497	15.1.	Subclassificação dos direitos a prestações	522
8.	Predicados dos direitos fundamentais	500	15.1.1.	Direitos de prestações jurídicas.....	523
8.1.	Historicidade	500	15.1.2.	Direitos a prestações materiais.....	523
8.2.	Universalidade.....	500	15.1.3.	Direitos a prestação originários e derivados	523
8.3.	Indisponibilidade.....	500	15.2.	Tutela da efetividade dos direitos prestacionais	524
8.4.	Imprescritibilidade	502	15.2.1.	Poder de conformação autônoma do Poder Público	524
8.5.	Relatividade	505	15.2.2.	Reserva financeiramente do possível	525
			15.2.3.	Teoria do “mínimo social” (ou “mínimo existencial”).....	525
			15.2.4.	Metodologia “fuzzy” aplicada aos direitos à prestação	526

15.2.5. Estratégias utilizadas na judicialização dos direitos prestacionais	527
16. Tratamento dado aos direitos fundamentais pela Constituição de 1988.....	528

SEÇÃO II

DIREITO CONSTITUCIONAL POSITIVO

Capítulo I ▶ Direitos fundamentais em espécie ... 533

1. Definições prévias	533
1.1. Direitos individuais	533
1.2. Direitos individuais de expressão coletiva	533
1.3. Direitos coletivos "lato sensu"	533
1.3.1. Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos	533
1.4. Deveres fundamentais.....	535
1.4.1. Classificação dos deveres fundamentais	535
1.5. Abuso de direitos fundamentais	535
2. Classificação dos direitos individuais na Constituição de 1988	536
3. Direitos individuais e coletivos mais destacados	536
3.1. Direito à vida	536
3.1.1. Questões polêmicas	537
3.1.1.1. Fixação do momento inicial da inviolabilidade do direito à vida.....	537
3.1.1.2. Aborto	541
3.1.1.3. Momento consumativo da morte	542
3.1.1.4. Eutanásia terapêutica, ortotanásia, morte assistida e distanásia (direito de morrer?)	542
3.1.1.5. Direito ao testamento vital ou biológico ("living will")	543
3.1.1.6. Natureza jurídica do cadáver....	544
3.1.1.7. Comercialização de órgãos, tecidos ou substâncias humanas .	544
3.1.1.8. Prolongamento da personalidade após a morte (eficácia "post mortem" da personalidade).....	544
3.1.1.8.A. Reprodução assistida "post mortem"	545
3.1.1.9. Pena de morte	546
3.2. Direito à privacidade	548
3.2.1. Teoria das esferas da personalidade	548
3.2.1.1. Teoria da proteção débil das pessoas públicas	550
3.2.2. Regime geral dos sigilos pessoais....	550
3.2.2.1. Solução de conflitos	550

3.2.2.2. Consentimento do titular	550
3.2.2.3. Quebra vs. transferência de sigilo.....	551
3.2.3. Direito à intimidade.....	551
3.2.3.1. Inviolabilidade do domicílio	552
3.2.3.1.A. Âmbito de proteção	552
3.2.3.1.B. Regime de restrições admissíveis	553
3.2.3.1.C. Consequências do descumprimento da inviolabilidade domiciliar.....	555
3.2.3.1.D. Em especial: poder de fiscalização tributária e inviolabilidade domiciliar de estabelecimentos empresariais.....	555
3.2.3.2. Sigilo de dados pessoais	556
3.2.3.2.A. Fundamentos normativos.....	556
3.2.3.2.B. Âmbito de proteção	556
3.2.3.2.C. Concorrência de normas de direitos fundamentais protetivas..	561
3.2.3.2.D. Regime legal especial para acesso de dados pessoais sensíveis...	563
3.2.3.2.E. Requisitos ordinários para afastamento do sigilo de dados pessoais	564
3.2.3.2.F. Direito à intimidade vs. liberdade de imprensa	564
3.2.3.2.1. Sigilo de dados bancários..	565
3.2.3.2.1.A. Fundamentos normativos do sigilo bancário	565
3.2.3.2.1.B. Órgãos cujo poder de requisitar a transferência do sigilo bancário é incontroverso	566
3.2.3.2.1.C. Órgãos cujo poder de requisitar a transferência do sigilo bancário é controverso	566
3.2.3.2.2. Sigilo de dados fiscais	570
3.2.3.2.2.A. Fundamentos normativos .	570
3.2.3.2.2.B. Exclusão da abrangência do sigilo	571
3.2.3.2.2.C. Permuta de informações fiscais.....	571
3.2.3.2.2.D. Hipóteses de afastamento..	571
3.2.3.2.3. Sigilo de dados processuais.....	571
3.2.3.2.4. Sigilo de dados telefônicos	572
3.2.3.3. Sigilo das comunicações em geral	573
3.2.3.3.A. Tipologia das comunicações juridicamente relevantes	573

3.2.3.3.B. Formas de intervenção no sigilo das comunicações.....	573	3.3.1.3. Igualdade “corretiva”	599
3.2.3.3.C. Interceptações ou captações ambientais.....	574	3.3.2. Âmbito normativo de proteção constitucional	600
3.2.3.3.D. Gravações de comunicações em ambientes privados.....	575	3.3.2-A. Discriminações diretas e indiretas..	600
3.2.3.3.E. Gravações de comunicações em ambiente público.....	576	3.3.2-B. Repúdio ao racismo.....	602
3.2.3.3.F. Gravações de conversas de agentes públicos no exercício da função.....	577	3.3.3. Princípio da igualdade e ações afirmativas.....	603
3.2.3.3.G. Divulgação indevida de gravações obtidas por ordem judicial	577	3.3.3.1. Ações afirmativas e discriminação inversa/reversa	606
3.2.3.3.1. Sigilo das comunicações pessoais à distância	577	3.3.4. Princípio da isonomia e discriminações em concursos e processos seletivos públicos.....	608
3.2.3.3.1.A. Âmbito de proteção	577	3.3.5. Teoria do impacto desproporcional	609
3.2.3.3.1.B. Mutação constitucional	578	3.3.5-A. Teoria do impacto desproporcional vs. discriminação inversa arbitrária/indevida	610
3.2.3.3.1.C. Regime geral das restrições admissíveis.....	578	3.4. Direito à liberdade	611
3.2.3.3.2. Sigilo de correspondência ..	579	3.4.1. Liberdade de ação	611
3.2.3.3.3. Sigilo das comunicações telegráficas.....	581	3.4.2. Liberdade de locomoção	611
3.2.3.3.4. Sigilo das comunicações telefônicas e telemáticas	581	3.4.3. Liberdade de consciência	613
3.2.3.3.4.A. Âmbito de proteção	581	3.4.3.1. Da escusa ou objeção de consciência.....	614
3.2.3.3.4.B. Regime jurídico de intervenção no sigilo das comunicações telefônicas..	583	3.4.3.1.A. Aspectos gerais	614
3.2.3.4. Sigilo profissional.....	584	3.4.3.1.B. Diferenciações necessárias	615
3.2.4. Direito à busca da felicidade e ao desenvolvimento do projeto de vida pessoal.....	585	3.4.3.1.C. Previsão normativa, aplicabilidade e eficácia	616
3.2.5. Direito à vida privada	586	3.4.3.1.D. Âmbito de proteção	616
3.2.5.1. Direito à autodeterminação informativa/informacional e à governanç�a algorítmica	586	3.4.3.1.E. Tipos de escusa de consciência já admitidos (explícita ou implicitamente) .	619
3.2.6. Direito à honra e à imagem	587	3.4.3.1.F. Restrições à invocação da escusa de consciência.....	622
3.2.7. Direito ao esquecimento	588	3.4.3.1.G. Objeção de consciência superveniente.....	623
3.2.7.1. Aspectos gerais	588	3.4.3.1.H. Regime de penalidades.....	625
3.2.7.2. Âmbito de proteção	590	3.4.3.1.I. Verificação estatal e �nus probatório das razões de consciência	626
3.2.7.3. Casuística	591	3.4.4. Liberdade de pensamento	628
3.2.7.4. Em especial: o direito à desindexação de dados	592	3.4.5. Liberdade de expressão	628
3.2.7.5. STF e o pol�mico RE 1.010.606/RJ: o direito ao esquecimento deve ser esquecido?.....	593	3.4.5.1. Liberdade de manifestação do pensamento.....	629
3.2.7.6. Tentativa de síntese.....	595	3.4.5.2. Liberdade de expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação.....	629
3.3. Direito de igualdade	596	3.4.5.3. Regime de restrições à liberdade de expressão.....	632
3.3.1. Igualdade formal, material e “corretiva”	598	3.4.5.3.A. Anonimato, “whistleblowing” e denúncias an�nimas	638
3.3.1.1. Igualdade formal.....	598	3.4.5.3.B. Conteúdos ofensivos, obscenos e discurso de ódio (“hate speech”)	643
3.3.1.2. Igualdade material	598		

3.4.5.3.C. Ordem e segurança públicas.....	647	3.6. Garantias constitucionais (direitos à segurança).....	677
3.4.5.3.D. Veracidade e “fake news”	647	3.6.1. Princípio da legalidade.....	678
3.4.5.3.E. Interesse público	648	3.6.1.1. Legalidade e reserva legal	679
3.4.5.3.F. Propagandas eleitorais negativas	649	3.6.1.1.1. Reserva legal penal (ou legalidade penal estrita)....	680
3.4.6. Liberdade religiosa.....	650	3.6.1.1.2. Reserva legal tributária (legalidade tributária estrita)	681
3.4.6.1. Liberdade de crença religiosa	650	3.6.1.2. Legalidade vs. legitimidade	682
3.4.6.2. Liberdade de expressão religiosa	651	3.6.1.3. Princípio da legalidade, direito de resistência e desobediência civil.....	682
3.4.6.3. Liberdade de culto	652	3.6.1.4. Legalidade e poder regulamentar	683
3.4.6.4. Liberdade para prestar assistência religiosa a pessoas internadas em entidades civis ou militares	653	3.6.2. Garantias de estabilidade das relações jurídicas: respeito ao direito adquirido, ao ato jurídico perfeito e à coisa julgada	684
3.4.6.5. Liberdade de religião e ensino religioso facultativo	653	3.6.2.1. Proteção ao direito adquirido ..	686
3.4.6.6. Laicidade estatal e liberdade de organização religiosa	653	3.6.2.1.A. Tipologia e institutos correlatos	687
3.4.6.7. Laicidade estatal e presença de crucifixo em repartições e prédios públicos	654	3.6.2.2. Proteção ao ato jurídico perfeito	691
3.4.6.8. Direito à apostasia.....	655	3.6.2.3. Proteção à coisa julgada	692
3.4.6.9. Liberdade religiosa e direito a tratamentos especiais de saúde	655	3.6.2.3.A. Âmbito de proteção	693
3.4.7. Liberdade de reunião.....	656	3.6.3. Garantias processuais	697
3.4.8. Liberdade de associação.....	660	3.6.3.1. Princípio da inafastabilidade da prestação jurisdicional	697
3.4.9. Liberdade de representação associativa.....	662	3.6.3.1.A. Exceções ao princípio.....	697
3.4.9.1. Associações, sindicatos e substituição processual	662	3.6.3.1.B. Assuntos correlatos.....	701
3.4.10. Liberdade de exercício profissional	663	3.6.3.2. Princípio do devido processo legal.....	704
3.5. Direito à propriedade.....	665	3.6.3.2.A. Devido processo legal “substantial”	704
3.5.1. Função social da propriedade urbana e rural	666	3.6.3.2.B. Devido processo legal “processual”	704
3.5.2. Limitações ao direito de propriedade.....	668	3.6.3.2.C. Direito constitucional à prova...	713
3.5.2.1. Expropriação	669	3.6.4. Garantias criminais.....	724
3.5.2.1.A. Desapropriação	669	3.6.4.1. Vedações criminais expressas....	738
3.5.2.1.A.1. Desapropriação judicial?	670	3.7. Direito à responsabilização civil por danos patrimoniais e extrapatrimoniais .	742
3.5.2.1.B. Expropriação confiscatória.....	671	4. Remédios constitucionais	746
3.5.2.1.C. Perdimento de bens	671	4.1. Remédios constitucionais de natureza não jurisdicional	746
3.5.2.1.D. Perdimento de bens vs. confisco de bens	672	4.1.1. Direito de petição.....	746
3.5.2.2. Requisição administrativa e ocupação temporária de bens ...	673	4.1.2. Direito de receber informações.....	747
3.5.2.2.A. Requisição administrativa	673	4.1.3. Direito a certidões.....	750
3.5.2.2.B. Ocupação temporária de bens .	675	4.2. Remédios constitucionais jurisdicionais: os writs constitucionais	751
3.5.3. Proibição do confisco	675	4.2.1. Mandado de segurança individual..	751
3.5.4. Usucapião	676	4.2.1.1. Aspectos históricos.....	751
3.5.5. Direito de herança.....	677	4.2.1.2. Direito líquido e certo	751

4.2.1.3.	Objeto	752	4.2.6.3.B.	Quanto ao impulso processual.....	781
4.2.1.4.	Prazo decadencial	754	4.2.6.3.C.	Quanto ao rol de beneficiários.....	781
4.2.1.5.	Legitimidade ativa	754	4.2.6.4.	Legitimidade ativa e passiva	783
4.2.1.6.	Legitimidade passiva	755	4.2.6.5.	Cabimento	784
4.2.1.7.	Competência.....	757	4.2.6.6.	Decadência.....	785
4.2.1.8.	Decisão	759	4.2.6.7.	Competência.....	785
4.2.2.	Mandado de segurança coletivo.....	761	4.2.6.8.	Procedimento	787
4.2.3.	Mandado de injunção.....	763	5.	Direitos sociais	789
4.2.3.1.	Considerações gerais	763	5.1.	Conceito.....	789
4.2.3.2.	Requisitos de admissibilidade ...	763	5.2.	Histórico	789
4.2.3.3.	Finalidade do mandado de injunção.....	765	5.3.	Aplicabilidade das normas de direito social.....	789
4.2.3.3.A.	Posição do STF	766	5.4.	Sistemática da enunciação constitucional dos direitos sociais	789
4.2.3.3.B.	Posição da Lei 13.300/2016.....	768	5.5.	Direitos sociais previstos no art. 6º	790
4.2.3.4.	Legitimidade ativa	768	5.6.	Direitos sociais previstos no art. 7º	790
4.2.3.5.	Legitimidade passiva	769	5.7.	Direitos sociais previstos nos artigos 8º a 11.....	793
4.2.3.6.	Competência.....	769	5.7.1.	Direitos sociais individuais de expressão coletiva.....	793
4.2.3.7.	Procedimento	770	5.7.2.	Direitos sociais coletivos.....	793
4.2.3.7.A.	Suprimento da omissão antes da sentença e perda do objeto da ação	770	5.7.2.1.	Enumeração do art. 8º.....	793
4.2.3.8.	Liminar.....	770	5.7.2.2.	Enumeração dos artigos 9º a 11	795
4.2.3.9.	Decisão final de mérito	771	5.7.2.2.A.	Direito de greve dos trabalhadores da iniciativa privada.....	795
4.2.3.9.A.	Efeitos materiais	771	5.7.2.2.B.	Direito de greve de servidores e empregados públicos	797
4.2.3.9.B.	Efeitos subjetivos.....	771	5.7.2.2.C.	Direito de participação em colegiados de órgãos públicos.....	799
4.2.3.9.C.	Efeitos temporais.....	772	5.7.2.2.D.	Direito de representação direta de trabalhadores em empresas de porte considerável	799
4.2.3.9.D.	Ação revisional da injunção	773	6.	Direitos políticos.....	799
4.2.3.10.	Diferenças do mandado de injunção (MI) em face da ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO).....	773	6.1.	Conceito.....	799
4.2.4.	“Habeas data”	774	6.2.	Titularidade	799
4.2.4.1.	Considerações gerais	774	6.3.	Alistamento eleitoral	799
4.2.4.2.	Objeto.....	774	6.4.	Gratuidade.....	800
4.2.4.3.	Legitimidade ativa	775	6.5.	Direitos políticos positivos vs. negativos	800
4.2.4.4.	Legitimidade passiva	776	6.6.	Direitos políticos positivos	800
4.2.4.5.	Competência.....	776	6.6.1.	Direito de sufrágio	800
4.2.4.6.	Peculiaridades procedimentais	777	6.6.1.1.	Direito de votar (sufrágio ativo)	801
4.2.5.	Ação popular	778	6.6.1.1.A.	Obrigatoriedade	801
4.2.5.1.	Considerações gerais	778	6.6.1.1.B.	Facultatividade	801
4.2.5.2.	Legitimidade ativa e passiva	778	6.6.1.1.C.	Indelegabilidade	802
4.2.5.3.	Competência.....	779	6.6.1.1.C.1.	Exceção à indelegabilidade: eleições indiretas para	
4.2.6.	“Habeas corpus”	780			
4.2.6.1.	Aspectos históricos	780			
4.2.6.2.	Natureza jurídica.....	780			
4.2.6.3.	Tipologia	781			
4.2.6.3.A.	Quanto ao momento da impetração	781			

mandatários do Executivo	802	7.6.2. Naturalização extraordinária.....	826
6.6.1.1.D. Universalidade.....	802	7.6.3. Naturalização especial	826
6.6.1.1.E. Igualdade.....	802	7.6.4. Naturalização provisória	826
6.6.1.1.F. Confidencialidade.....	803	7.6.5. Início da eficácia da naturalização..	826
6.6.1.2. Direito de ser votado (sufrágio passivo).....	803	7.7. Perda da nacionalidade brasileira.....	826
6.6.1.2.A. Elegibilidade vs. inelegibilidade	804	7.7.1. Eficácia temporal da EC 131/2023..	828
6.6.1.2.1. Condições de elegibilidade	805	7.8. Reaquisição da nacionalidade	829
6.6.1.2.1.1. Elegibilidade plena.....	807	7.9. Condição jurídica do brasileiro	830
6.6.1.2.1.2. Condições especiais de elegibilidade dos militares.....	807	7.10. Condição jurídica do estrangeiro	830
6.6.1.2.1.3. Elegibilidades supervenientes ..	808	7.11. Medidas de retirada compulsória de estrangeiro	832
6.7. Direitos políticos negativos	808	7.11.1. Repatriação	832
6.7.1. Privação dos direitos políticos.....	808	7.11.2. Deportação.....	833
6.7.2. Suspensão dos direitos políticos.....	808	7.11.3. Expulsão	833
6.7.2.1. Suspensão de direitos políticos e registros da Justiça Eleitoral...	813	7.12. Medidas de proteção humanitária a estrangeiros.....	834
6.7.3. Perda de direitos políticos.....	813	7.12.1. Asilo	834
6.7.4. Causas de inelegibilidade	813	7.12.2. Refúgio humanitário.....	834
6.7.4.1. Tipologia das causas de inelegibilidade	814	7.12.3. Proteção ao apátrida	835
6.7.4.2. Inelegibilidades supervenientes ...	816	7.13. Medidas de cooperação internacional ...	836
6.8. Formas de participação popular no regime democrático.....	817	7.13.1. Extradicação	836
6.8.1. Plebiscito e referendo	817	7.13.1.1. Extradicação passiva	836
6.8.2. Iniciativa popular	818	7.13.1.2. Extradicação ativa.....	838
6.8.3. Ação popular	819	7.13.2. Transferência da execução penal....	838
6.8.4. Tribunal do júri	819	7.13.3. Transferência de pessoa condenada.....	838
6.8.5. Direito de organização e associação a partidos políticos.....	820	7.13.4. A “entrega” ao TPI – Tribunal Penal Internacional	839
7. Direitos da nacionalidade	821	7.13.5. Extradicação vs. entrega: inconstitucionalidade parcial do Tratado de Roma?	839
7.1. Conceitos	821		
7.2. Classificação	821	CAPÍTULO II ► Organização político-administrativa brasileira.....	841
7.3. Critérios de determinação da nacionalidade	821	1. Federação brasileira	841
7.4. Conflitos de nacionalidade.....	821	1.1. Componentes	841
7.4.1. Conflitos positivos	821	1.2. Vedações constitucionais de natureza federativa.....	841
7.4.2. Conflitos negativos.....	822	1.3. Capital Federal	843
7.5. Hipóteses de nacionalidade originária brasileira.....	822	1.4. Idiomas e símbolos oficiais.....	843
7.5.1. Critério do “ius solis”.....	822	1.5. Territórios Federais.....	843
7.5.1.1. Conceito de território nacional para fins de determinação da nacionalidade brasileira	823	1.5.1. Organização político-administrativa.....	844
7.5.2. Critério do “ius sanguinis”	823	1.5.2. Estrutura judiciária e funções essenciais	844
7.5.3. Critério do “ius adoptionis”	824	1.5.2. Segurança pública e divisão territorial.....	844
7.5.4. Nacionalidade originária potestativa e suas peculiaridades.....	824	1.6. Sistema de execução de serviços.....	844
7.6. Hipóteses de nacionalidade brasileira derivada (naturalização)	825	2. União	845
7.6.1. Naturalização ordinária.....	825	2.1. Personalidade jurídica.....	845
		2.2. Bens da União	845

2.3. Regiões integradas de desenvolvimento econômico.....	845	5. Intervenção nos Estados e no Distrito Federal .	863
3. Estados.....	846	5.1. Intervenção federal espontânea	863
3.1. Formação	846	5.2. Intervenção federal provocada.....	864
3.2. Autonomia.....	847	5.2.1. Intervenção provocada por solicitação.....	864
3.2.1. Auto-organização e autolegislação..	847	5.2.2. Intervenção provocada por requisição	864
3.2.2. Autogoverno	847	6. Intervenção nos Municípios.....	865
3.2.3. Autoadministração	848	7. Do decreto interventivo	866
3.2.4. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.....	848	8. Do interventor	867
3.3. Bens dos Estados.....	848	9. Controles da intervenção federativa.....	867
4. Municípios	848	9.1. Controle preventivo.....	867
4.1. Formação	849	9.2. Controle repressivo.....	867
4.2. Autonomia.....	850	9.2.1. Político.....	867
4.2.1. Auto-organização e legislação	850	9.2.2. Judicial.....	868
4.2.2. Autogoverno	850	10. Cessação da intervenção	868
4.2.3. Autoadministração	850	CAPÍTULO IV ▶ Administração Pública	871
5. Distrito Federal	850	1. Considerações gerais	871
5.1. Autonomia.....	851	1.1. Estruturação formal.....	871
5.1.1. Auto-organização e autolegislação..	851	1.2. Organização.....	873
5.1.2. Autogoverno	851	1.3. Centralização, desconcentração e descentralização de serviços públicos.....	874
5.1.3. Autoadministração	851	1.4. Regime constitucional de delegação de serviços públicos	876
5.1.4. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.....	852	1.5. Regime constitucional da contratação administrativa de obras, serviços, compras e alienações	877
6. Repartição de competências.....	852	2. Princípios da Administração Pública.....	878
6.1. Princípios gerais.....	852	2.1. Princípio da legalidade	879
6.1.1. Princípio da predominância do interesse	852	2.2. Princípio da impessoalidade	880
6.1.2. Princípio da subsidiariedade	852	2.3. Princípio da moralidade	881
6.1.3. Princípio dos poderes implícitos.....	853	2.4. Princípio da publicidade.....	882
6.2. Técnicas de repartição.....	854	2.5. Princípio da eficiência	883
6.2.1. Repartição horizontal.....	854	2.6. Princípio da segurança jurídica	884
6.2.2. Repartição vertical	854	3. Agentes públicos	886
6.3. Sistema da Constituição de 1988	854	3.1. Considerações gerais	886
6.4. Espécies de competências	854	3.2. Classificação	886
6.4.1. Quanto à forma	854	3.2.1. Agentes políticos	886
6.4.2. Quanto à extensão.....	855	3.2.2. Agentes administrativos	887
6.4.3. Quanto à origem	859	3.2.3. Agentes militares	888
6.4.4. Outras espécies de competências....	859	3.2.3.1. Peculiaridades do regime jurídico dos agentes militares da União	888
7. Resolução judicial de conflitos federativos.....	859	3.2.3.2. Peculiaridades do regime jurídico dos agentes militares dos Estados, DF e Territórios	890
CAPÍTULO III ▶ Intervenção federativa	861	3.2.3.3. Perda do cargo de agente militar ...	891
1. Conceito de intervenção federativa	861	3.2.4. Agentes públicos em sentido amplo: pessoas físicas em colaboração com o Estado	892
2. Princípios gerais	861		
2.1. Princípio da não intervenção	861		
2.2. Princípio da temporariedade.....	861		
2.3. Princípio da proporcionalidade	862		
3. Tipos de intervenção federativa	862		
3.1. Intervenção federal.....	862		
3.2. Intervenção estadual.....	862		
4. Consequências do ato interventivo	863		

3.3.	Regime jurídico dos agentes administrativos.....	892	4.2.10.	Responsabilidade civil de notários e registradores	922
3.4.	Acessibilidade a cargos, empregos e funções públicas.....	894	4.2.11.	Responsabilidade civil por danos nucleares	922
3.4.1.	Concurso público	895	4.2.12.	Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais	923
3.4.2.	Reserva de vagas em concursos públicos	898	4.2.13.	Responsabilidade do Estado por leis inconstitucionais	925
3.5.	Afastamento de agentes públicos para exercício de mandato eletivo	899	4.2.14.	Responsabilidade patrimonial por omissões legislativas inconstitucionais	929
3.6.	Acumulação de cargos, empregos e funções públicas.....	899	5.	Benefícios previdenciários dos agentes públicos civis	930
3.7.	Direitos trabalhistas extensíveis aos ocupantes de cargos públicos civis	901	5.1.	Aposentadorias	931
3.7.1.	Greve de servidores públicos civis..	901	5.1.1.	Aposentadoria e rompimento do vínculo com a Administração Pública direta e indireta	932
3.8.	Estabilidade no serviço público	902	5.1.2.	Tipos de aposentadoria dos regimes próprios de previdência social.	933
3.8.1.	Estabilidade e emprego público	903	5.1.2.1.	Aposentadoria por incapacidade permanente para o trabalho	933
3.9.	Sistema remuneratório.....	904	5.1.2.2.	Aposentadoria compulsória	934
3.10.	Tetos remuneratórios	905	5.1.2.3.	Aposentadoria voluntária	935
3.10.1.	A problemática implementação do teto remuneratório	906	5.1.2.4.	Aposentadorias especiais	936
3.10.2.	Subtetos ou tetos parciais	909	5.1.3.	Abono de permanência	937
3.11.	Irredutibilidade remuneratória	910	5.1.4.	Extinção da aposentadoria.....	938
4.	Responsabilidade civil do Estado.....	912	5.1.4.1.	Em especial: a cassação da aposentadoria	938
4.1.	Estado vítima do dano: responsabilidade subjetiva e prescrição	912	5.2.	Pensões por morte	940
4.2.	Estado causador do dano: responsabilidade objetiva	913	5.2.1.	Extinção da pensão por morte	941
4.2.1.	Responsabilidade contratual ou extracontratual?	913	5.2.1.1.	Direito adquirido à reversão de cotas de pensão por morte?	942
4.2.2.	Pressupostos gerais da responsabilidade objetiva prevista no art. 37, § 6º	914	CAPÍTULO V ► Poder Executivo.....	943	
4.2.3.	Atuação do causador do dano na “qualidade” de agente público	916	1.	Considerações gerais	943
4.2.4.	Denúnciação do agente à lide indenizatória	917	2.	Presidente da República	943
4.2.5.	Agente público causador do dano e direito estatal de regresso	918	2.1.	Eleição	943
4.2.6.	Agente público causador do dano e legitimidade passiva em ações populares e ações de improbidade administrativa	919	2.1.1.	Eleição direta	943
4.2.7.	Responsabilidade civil do Estado por atos omissivos	919	2.1.2.	Eleição indireta	943
4.2.8.	Corresponsabilidade civil objetiva e solidária por danos praticados em coautoria	920	2.2.	Mandato e reeleição.....	944
4.2.9.	Ente político tem responsabilidade solidária ou subsidiária pelas indenizações de responsabilidade originária das pessoas jurídicas alcançadas pelo art. 37, § 6º?	921	2.3.	Substitutos e sucessores do Presidente da República	944
			2.3.1.	Substitutos.....	944
			2.3.2.	Sucessores.....	945
			2.4.	Perda do mandato.....	945
			2.4.	Atribuições do Presidente da República.	945
			2.5.	Remuneração.....	946
			2.6.	Responsabilização.....	946
			2.6.1.	Considerações gerais	947
			2.6.1.1.	Crimes de responsabilidade vs. crimes comuns vs. atos de improbidade	947

2.6.2.	Imunidade especial	948	3.1.1.1.A.1.	Imunidade material absoluta.....	974
2.6.3.	Julgamento político por crimes de responsabilidade: o “impeachment”	949	3.1.1.1.A.2.	Imunidade material relativa.....	974
2.6.3.1.	Controle judicial do processo de “impeachment”	951	3.1.1.1.B.	Extensão da imunidade material a parlamentares de outras esferas federativas	974
2.6.4.	Julgamento por crimes comuns	952	3.1.1.1.C.	Extensão dos efeitos da imunidade material em relação a profissionais das comunicações sociais	975
2.6.5.	Julgamento por atos de improbidade.....	952	3.1.1.1.D.	Responsabilização civil da entidade pública à qual se vincula o parlamentar	975
3.	Do Vice-Presidente da República	953	3.1.1.2.	Imunidade formal.....	975
4.	Dos Ministros de Estado.....	953	3.1.1.2.A	Imunidade formal quanto às prisões.....	975
5.	Poder regulamentar	954	3.1.1.2.A.1.	Extensão da imunidade contra prisões.....	976
5.1.	Considerações prévias.....	954	3.1.1.2.A.2.	Afastamento da imunidade contra prisões	976
5.2.	Chefia do Executivo e poder regulamentar	955	3.1.1.2.A.3.	Extensão da imunidade a cautelares processuais penais diversas da prisão ..	977
5.3.	Agências reguladoras e poder normativo.....	957	3.1.1.2.B.	Imunidade quanto a processos criminais	977
6.	Do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.....	958	3.1.2.	Prerrogativa de foro	978
6.1.	Conselho da República	958	3.1.2.1.	Alcance material	979
6.2.	Conselho de Defesa Nacional	959	3.1.2.1.A.	Mutação constitucional ...	979
			3.1.2.2.	Alcance processual	979
			3.1.2.3.	Alcance temporal.....	980
			3.1.3.	Outras prerrogativas parlamentares	981
			3.2.	Remuneração.....	981
			3.3.	Incompatibilidades	981
			3.4.	Perda do mandato.....	982
			3.4.1.	Cassação do mandato	982
			3.4.1.1.	Tipificação da quebra do decoro parlamentar e “monopólio da última palavra”	983
			3.4.1.2.	Infidelidade partidária.....	983
			3.4.2.	Extinção do mandato.....	984
			3.4.3.	Impedimento circunstancial à renúncia parlamentar	985
			3.4.4.	Princípio da simetria	985
			3.4.5.	Controle judicial.....	985
			3.5.	Suplência parlamentar.....	986
			4.	Fiscalização contábil, financeira e orçamentária	986
			4.1.	Sistemas de controle	986
			4.1.1.	Controle interno.....	986
			4.1.2.	Controle externo	987
CAPÍTULO VI ▶ Poder Legislativo	961				
1.	Organização	961			
1.1.	Mesas legislativas	961			
1.2.	Comissões parlamentares	962			
1.2.1.	Comissões parlamentares de inquérito – CPIs	963			
1.2.1.1.	Aspectos gerais	963			
1.2.1.2.	Abrangência dos poderes da CPI	964			
1.2.1.3.	Controle judicial	966			
1.2.1.4.	CPIs estaduais, distritais e municipais	966			
1.3.	Polícia e serviços administrativos.....	967			
1.4.	Conselho de Comunicação Social	967			
2.	Funcionamento e atribuições	968			
2.1.	Funções	968			
2.2.	Atribuições.....	968			
2.2.1.	Atribuições privativas da Câmara... ..	969			
2.2.2.	Atribuições privativas do Senado... ..	970			
2.3.	Períodos correspondentes à legislatura e às sessões legislativas	970			
2.4.	Reuniões parlamentares.....	971			
3.	Estatuto dos Congressistas.....	972			
3.1.	Prerrogativas parlamentares.....	972			
3.1.1.	Imunidades	973			
3.1.1.1.	Imunidade material	973			
3.1.1.1.A.	Fatos abrangidos pela imunidade material dos parlamentares federais	973			

4.2. Dever de prestação de contas.....	988	5.2.1. Fase introdutória.....	1005
5. Tribunais de contas.....	989	5.2.1.1. Iniciativa.....	1005
5.1. Atribuições dos Tribunais de Contas.....	991	5.2.1.1.A. Iniciativa comum ou concorrente.....	1005
5.1.1. Atribuições previstas no art. 71 da Constituição.....	991	5.2.1.1.B. Iniciativa reservada.....	1005
5.2. Princípio da simetria e Cortes de Contas nos Estados, no DF e nos Municípios.....	993	5.2.1.1.C. Iniciativa reservada e emendas constitucionais.....	1007
5.3. Poder cautelar dos Tribunais de Contas.....	993	5.2.1.1.D. Iniciativa reservada conjunta....	1008
5.4. Rejeição de contas e inelegibilidade.....	994	5.2.1.1.E. Iniciativa reservada solidária ou compartilhada.....	1008
5.4.1. Tribunais de Contas e rejeição de contas de chefe do Poder Executivo.....	994	5.2.2. Fase constitutiva: a deliberação parlamentar.....	1009
5.5. Composição dos Tribunais de Contas....	995	5.2.2.1. Discussão.....	1009
5.5.1. Tribunal de Contas da União - TCU.....	995	5.2.2.2. Emenda.....	1009
5.5.2. Tribunais de Contas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.....	995	5.2.2.3. Titularidade do poder de emenda legislativa.....	1009
5.6. Garantias dos membros dos Tribunais de Contas.....	995	5.2.2.4. Limites ao poder de emenda legislativa.....	1009
5.7. Ministério Público que atua perante os Tribunais de Contas.....	996	5.2.2.5. Tramitação das emendas legislativas.....	1011
CAPÍTULO VII ▶ Atos normativos e seu processo de formação legislativa.....	997	5.2.2.5.A. Arbitragem legislativa da Casa iniciadora.....	1012
1. Atos normativos primários e secundários.....	997	5.2.2.6. Votação.....	1012
2. Espécies de atos normativos primários.....	997	5.2.2.6.A. Quórum de instalação da sessão.....	1013
3. Atividade legislativa.....	997	5.2.2.6.B. Quórum de votação.....	1013
3.1. Lei em sentido formal vs. lei em sentido material.....	998	5.2.2.6.C. Tipos de votação.....	1013
3.2. Atividade legislativa e princípio da subsidiariedade.....	998	5.2.2.6.D. Regra da não repetibilidade.....	1015
3.3. Atividade legislativa e princípio da simetria.....	999	5.2.2.6.D.1. Regra específica da não repetibilidade.....	1015
3.4. Atividade legislativa e superação de decisões judiciais: o “ativismo congressual”.....	999	5.2.3. Fase constitutiva: a deliberação executiva.....	1015
3.4.1. Ativismo congressual e reversão de decisões do controle concreto de constitucionalidade.....	1001	5.2.3.1. Sanção.....	1016
3.4.2. Ativismo congressual e reversão de decisões do controle abstrato de constitucionalidade.....	1001	5.2.3.2. Veto.....	1016
3.4.3. Recentes casos de ativismo congressual.....	1002	5.2.3.2.A. Efeitos do veto.....	1017
4. Elaboração, redação, alteração e consolidação dos atos normativos.....	1003	5.2.3.2.B. Apreciação do veto.....	1017
5. Processo legislativo.....	1003	5.2.4. Fase complementar.....	1018
5.1. Espécies de processo legislativo.....	1003	5.2.4.1. Promulgação.....	1018
5.1.1. Quanto às formas de organização política.....	1003	5.2.4.2. Publicação.....	1019
5.1.2. Quanto ao tipo de procedimento....	1003	6. Atos normativos primários em espécie.....	1020
5.2. Fases do processo legislativo ordinário...	1004	6.1. Emendas constitucionais.....	1020
		6.2. Leis complementares.....	1021
		6.2.1. Campo temático das leis complementares.....	1022
		6.2.2. Lei ordinária e invasão do campo temático da lei complementar: conflito hierárquico?.....	1022
		6.2.3. Lei complementar e invasão do campo temático da lei ordinária....	1022

6.2.4.	Lei complementar prevista em constituições estaduais e leis orgânicas distritais ou municipais ..	1023	6.9.5.	Tratados internacionais sobre direitos humanos e a EC 45/2004 ...	1038
6.3.	Leis ordinárias	1023	6.9.5.1.	Teoria da recepção reforçada dos tratados internacionais sobre direitos humanos anteriores à EC 45/2004.....	1040
6.4.	Leis financeiras orçamentárias	1023	6.9.6.	Revogação interna de normas advindas de tratados internacionais ...	1040
6.5.	Leis delegadas.....	1024	6.10.	Decretos autônomos.....	1042
6.6.	Medidas provisórias	1025	6.11.	Regimentos internos e resoluções de tribunais	1042
6.6.1.	Pressupostos constitucionais formais.....	1025	6.12.	Súmulas vinculantes	1043
6.6.1.1.	Pressupostos ligados ao “estado de necessidade”.....	1025	CAPÍTULO VIII ▶ Do Poder Judiciário.....	1049	
6.6.1.2.	Outros pressupostos formais.....	1025	1.	Funções desenvolvidas pelo Poder Judiciário ...	1049
6.6.2.	Pressupostos constitucionais materiais	1026	1.1.	Funções atípicas	1049
6.6.3.	Controle dos pressupostos formais e materiais	1026	1.1.1.	Funções administrativas.....	1049
6.6.4.	Processo legislativo das medidas provisórias.....	1027	1.1.2.	Funções legislativas.....	1051
6.6.4.1.	(In)constitucionalidade da prática de “devolver” a medida provisória ao Presidente da República.....	1029	1.2.	Função típica: jurisdição	1051
6.6.5.	Precariedade normativa	1029	1.2.1.	Simulacros jurisdicionais	1053
6.6.6.	Responsabilização do Presidente da República.....	1030	1.2.1.1.	Tribunais de contas.....	1053
6.6.7.	Reedição e prorrogação do prazo de vigência de medidas provisórias	1030	1.2.1.2.	Justiça arbitral.....	1053
6.6.8.	Medidas provisórias editadas antes da EC 32/2001	1031	1.2.1.3.	Comissões parlamentares de inquérito (CPIs)	1054
6.6.9.	Medidas provisórias no âmbito das demais entidades federativas	1031	1.3.	Ativismo judicial vs. autocontenção judicial.....	1054
6.7.	Decretos legislativos	1031	2.	Estrutura do Poder Judiciário	1056
6.8.	Resoluções legislativas.....	1031	2.1.	Aspectos gerais.....	1056
6.9.	Tratados internacionais.....	1032	2.1.1.	Particularidades	1058
6.9.1.	Direito internacional e direito interno: monismo vs. dualismo.....	1032	2.1.1.1.	Tribunal do júri	1058
6.9.2.	Processo de internalização de tratados internacionais no direito brasileiro.....	1033	2.1.1.2.	Julgamentos e varas criminais colegiados de primeiro grau de jurisdição	1058
6.9.3.	Hierarquia normativa	1036	2.1.1.3.	Juiz de garantias	1058
6.9.3.1.	Dos tratados internacionais em geral	1036	2.1.1.4.	Regime de pagamentos de dívidas judiciais por precatórios ou por requisições de pequeno valor – RPVs	1060
6.9.3.2.	Dos tratados internacionais sobre direitos humanos em geral	1037	2.2.	Supremo Tribunal Federal.....	1062
6.9.3.3.	Dos tratados internacionais sobre direitos humanos incorporados com “status” de emenda constitucional	1037	2.3.	Superior Tribunal de Justiça.....	1065
6.9.4.	Tratados internacionais e incompatibilidade com o direito interno .	1038	2.4.	Justiças especializadas	1068
			2.4.1.	Justiça do Trabalho	1068
			2.4.2.	Justiça Eleitoral.....	1070
			2.4.3.	Justiça Militar	1071
			2.4.3.1.	Justiça Militar da União	1072
			2.4.3.2.	Justiça Militar dos Estados e do Distrito Federal	1073
			2.5.	Justiça Comum.....	1075
			2.5.1.	Justiça Federal.....	1075
			2.5.2.	Justiça dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios.	1080
			2.5.2.1.	Justiça Estadual	1080

2.5.2.2. Justiça do Distrito Federal e Territórios	1081	2.7.2. Acordo de não persecução penal - ANPP	1120
2.5.3. Juizados Especiais	1082	2.8. Conselho Nacional do Ministério Público	1121
2.6. Conselho Nacional de Justiça – CNJ.....	1084	3. Advocacia.....	1122
2.6.1. Composição e atribuições constitucionais	1084	4. Advocacia Pública.....	1125
2.6.2. Questões polêmicas sobre a atuação do CNJ	1085	5. Defensoria Pública.....	1128
2.6.3. Competência do STF para revisão de atos do CNJ (e do CNMP)...	1089	5.1. Defensoria Pública e atuação como “custos vulnerabilis”	1132
3. Estatuto da magistratura nacional	1090	5.2. Defensoria Pública e atuação em ações civis públicas.....	1132
3.1. Magistrados	1091	CAPÍTULO X ▶ Sistema constitucional das crises, Forças Armadas e segurança pública	1135
3.1.1. Ingresso e movimentações na carreira.....	1092	1. Sistema constitucional das crises	1135
3.1.1.1. Quinto constitucional.....	1094	1.1. Conceito	1135
3.1.2. Regime remuneratório e previdenciário.....	1095	1.2. Princípios gerais.....	1135
3.2. Da organização dos tribunais.....	1095	1.3. Sistemas.....	1135
4. Garantias, deveres e prerrogativas	1095	2. Regime brasileiro de defesa do Estado e das instituições democráticas.....	1135
4.1. Garantias.....	1095	2.1. Estado de defesa.....	1135
4.1.1. Garantias institucionais.....	1095	2.1.1. Pressupostos materiais	1135
4.1.2. Garantias funcionais.....	1097	2.1.2. Pressupostos formais	1135
4.1.2.1. Garantias de independência	1097	2.1.3. Efeitos e execução	1136
4.1.2.2. Garantias de imparcialidade.....	1099	2.1.4. Controles.....	1136
4.2. Deveres.....	1100	2.1.4.1. Político.....	1136
4.2.1. Em especial: restrições à liberdade de expressão dos magistrados	1101	2.1.4.2. Judicial.....	1137
4.2.2. Penalidades	1102	2.2. Estado de sítio	1137
4.3. Prerrogativas.....	1105	2.2.1. Pressupostos materiais	1137
CAPÍTULO IX ▶ Das funções essenciais à Justiça	1107	2.2.2. Pressupostos formais	1137
1. Considerações gerais	1107	2.2.3. Efeitos, limites e execução.....	1138
2. Ministério Público	1107	2.2.4. Controles.....	1138
2.1. Garantias institucionais	1108	2.2.4.1. Político.....	1138
2.2. Composição do Ministério Público.....	1108	2.2.4.2. Judicial.....	1138
2.2.1. Ministério Público da União	1109	2.2.5. Suspensão de garantias jurisdicionais.....	1138
2.2.2. Ministério Público dos Estados	1110	3. Forças Armadas.....	1139
2.2.3. Ministério Público junto aos Tribunais de Contas	1112	3.1. Atuação institucional.....	1140
2.2.4. Conflitos de atribuição entre órgãos ministeriais	1112	3.1.1. Atribuições constitucionais	1140
2.3. Princípios institucionais.....	1113	3.1.2. Atribuições legais	1142
2.4. Ingresso na carreira	1114	3.2. Serviço militar obrigatório	1143
2.5. Garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público.....	1115	4. Segurança pública	1143
2.5.1. Garantias constitucionais	1115	4.1. Polícia de segurança vs. polícia administrativa	1143
2.5.2. Prerrogativas.....	1115	4.2. Órgãos de segurança pública.....	1146
2.6. Vedações constitucionais	1116	4.2-A. Polícias legislativas podem exercer funções de polícia judiciária?	1147
2.7. Funções institucionais.....	1116	4.2.1. Polícias legislativas e/ou judiciais podem exercer funções de polícia judiciária?	1147
2.7.1. Ministério Público e funções investigativas criminais	1119	4.2.2. Lavratura de TCO – Termo Circunstanciado de Ocorrência:	

competência exclusiva de polícia judiciária?	1148	1.6.8. Princípio da não diferenciação tributária.....	1174
4.2.3. Ministério Público e funções investigativas	1149	1.6.9. Novos princípios catalogados pela EC 132/ 2023	1175
4.2.4. Atividade policial e incompatibilidade com o exercício da advocacia	1149	1.6.10. Outros princípios tributários.....	1176
4.2.5. Organização federativa da segurança pública.....	1150	1.7. Imunidades.....	1176
4.2.5.1. Órgãos federais de segurança pública	1151	1.7.1. Conceitos afins	1177
4.2.5.2. Órgãos estaduais de segurança pública	1151	1.7.2. Tipos de imunidade tributária	1178
4.2.5.3. Órgãos distritais de segurança pública	1152	1.7.2.1. Imunidade tributária recíproca	1178
4.2.5.4. Órgãos de segurança pública nos Territórios Federais	1153	1.7.2.2. Imunidade tributária religiosa ..	1180
4.2.5.5. Órgãos de segurança pública nos Municípios.....	1153	1.7.2.3. Imunidade tributária cultural ...	1181
		1.7.2.4. Imunidade tributária dos partidos políticos, das entidades sindicais dos trabalhadores e das instituições de educação e assistência social sem fins lucrativos tributária religiosa.....	1181
		1.7.2.5. Outras imunidades	1183
		1.8. Repartição de receitas tributárias	1184
		1.8.1. Participação no produto do tributo da competência de outra entidade federativa.....	1184
		1.8.2. Participação no produto de tributos de receita compartilhada	1184
		1.8.3. Participação em fundos	1185
		1.8.4. Transparência e controle das distribuições de receitas tributárias	1186
		1.9. Regime de desvinculação de receitas tributárias	1187
CAPÍTULO XI ► Sistema Tributário Nacional, finanças públicas e Sistema Financeiro Nacional.....	1155	2. Finanças públicas e direito financeiro	1188
1. Sistema tributário nacional.....	1155	2.1. Conceitos básicos.....	1188
1.1. Considerações gerais	1155	2.1.1. Receitas públicas	1188
1.2. Tributos e espécies tributárias.....	1155	2.1.2. Despesas públicas.....	1190
1.3. Competência tributária.....	1157	2.1.2.1. Limitação das despesas públicas com pessoal	1191
1.3.1. Características	1158	2.1.3. Crédito e dívida públicos	1193
1.3.2. Tipologia	1159	2.2. Normas gerais sobre direito financeiro... ..	1194
1.4. Impostos originalmente previstos na Constituição de 1988.....	1160	2.3. Orçamentos públicos	1195
1.4.1. Impostos previstos na Constituição a partir da Reforma Tributária de 2023.....	1161	2.3.1. Orçamento autorizativo vs. orçamento impositivo	1196
1.4-A. Regime tributário especial e simplificado aplicável às micro e pequenas empresas	1162	2.3.2. Orçamento-programa	1197
1.5. Limitações ao poder de tributar	1162	2.3.3. Orçamento “segredo”	1197
1.6. Princípios constitucionais tributários	1163	2.4. Princípios orçamentários	1199
1.6.1. Princípio da reserva legal tributária	1163	2.5. Leis orçamentárias.....	1203
1.6.1.1. Reserva legal tributária e obrigações tributárias acessórias	1166	2.5.1. Prazo para envio das propostas de leis orçamentárias	1205
1.6.2. Princípio da não retroatividade tributária.....	1167	2.5.2. Anomia orçamentária	1205
1.6.3. Princípio da anterioridade	1169	2.6. Vedações financeiras e orçamentárias	1207
1.6.4. Princípio da isonomia tributária.....	1171	2.7. Repasses de duodécimos orçamentários ...	1208
1.6.5. Princípio da capacidade contributiva	1172	2.8. Regimes Fiscais Extraordinários.....	1209
1.6.6. Princípio da uniformidade tributária nacional	1173	2.8.1. Novo Regime Fiscal federal	1210
1.6.7. Princípio do não confisco tributário.....	1173		

2.8.2. Regime Fiscal Emergencial aplicável a Estados, DF e Municípios	1210		
2.8.3. Regime extraordinário fiscal para calamidades públicas de âmbito nacional	1211		
3. Sistema financeiro nacional	1212		
3.1. Banco Central do Brasil	1215		
CAPÍTULO XII ▶ Da ordem econômica.....	1217		
1. Conceitos iniciais	1217		
1.1. Ordem econômica	1217		
1.2. Sistema econômico	1217		
1.3. Regime econômico	1218		
2. Direito econômico	1219		
2.1. Objeto	1219		
2.2. Autonomia científica	1220		
2.3. Sujeitos	1220		
3. Tratamento constitucional da ordem econômica.....	1220		
3.1. Fundamentos da ordem econômica	1220		
3.2. Finalidades da ordem econômica	1223		
3.3. Princípios da ordem econômica	1223		
4. Formas de atuação do Estado na ordem econômica.....	1228		
4.1. Serviços públicos	1229		
4.1.1. Serviços públicos próprios e impróprios.....	1231		
4.1.1.1. Serviços públicos próprios.....	1231		
4.1.1.2. Serviços públicos impróprios....	1231		
4.2. Intervenção do Estado na ordem econômica.....	1232		
4.2.1. Intervenção direta	1232		
4.2.2. Intervenção indireta	1236		
4.3. Planejamento.....	1237		
		CAPÍTULO XIII ▶ Da ordem social.....	1239
		1. Considerações gerais	1239
		2. Seguridade social	1239
		2.1. Saúde	1242
		2.1.1. Questões polêmicas	1244
		2.2. Previdência social	1247
		2.2-A. Regimes previdenciários.....	1248
		2.2.1. Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	1248
		2.2.2. Regimes próprios de previdência social de servidores públicos – RPPSs.....	1252
		2.2.3. Regimes complementares de previdência social.....	1256
		2.3. Assistência social	1258
		3. Educação	1260
		4. Cultura.....	1265
		5. Desporto.....	1267
		6. Ciência, tecnologia e inovação	1269
		7. Comunicação social.....	1270
		8. Meio ambiente.....	1273
		9. Família, criança, adolescente, jovem, pessoa idosa e pessoas com deficiência	1280
		9.1. Família.....	1280
		9.2. Criança, adolescente e jovem	1285
		9.3. Pessoa idosa.....	1287
		9.4. Pessoa com deficiência.....	1288
		10. Comunidades indígenas.....	1290
		10.1. Marco temporal e demarcação de terras indígenas.....	1294
		Bibliografia	1297